

As crianças e seus desafios no mundo adultocêntrico

*Children and their challenges in the
adultcentric world*

Katia Antonia Ferreira Rosa¹

Resumo: Propôs-se aqui observar as práticas docentes quanto ao conhecimento das leis e diretrizes que amparam os direitos das crianças/infâncias. Assim, é preciso compreender a infância como construção histórica e social, pois as várias infâncias nos diversos lugares e espaços passaram a exigir do professor novas lentes de conhecimento. Identificou-se que a instituição religiosa, como espaço de ensino da fé cristã, apropria-se de teóricos consagrados e de leis e diretrizes para nortear os direitos e vozes das crianças. Conclui-se que o lugar da criança está impregnado de várias culturas e espaços e é construído nas diversas relações e interações, pelo reconhecimento de suas concepções históricas e peculiaridades, constituindo-se a criança como sujeito construtor do seu lugar na sociedade.

Palavras-chave: Infância. Criança. Professor(a). Formação. Instituição Religiosa.

Abstract: It was proposed here to observe the teaching practices regarding the knowledge of the laws and guidelines that support the rights of children / infants.

Artigo recebido em: 03 jan. 2018

Aprovado em: 25 maio. 2018

¹ Mestranda em Ciências das Religiões, pela Faculdade Unida de Vitória (FUV - ES). Especialista em Psicopedagogia e Gestão/Supervisão Escolar pela Faculdade da Serra (FASE - ES). Especialista em Infância e Educação Inclusiva pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES -ES). Graduada em Pedagogia (FASE- ES).

Thus, it is necessary to understand childhood as a historical and social construction, since the various childhoods in the various places and spaces began to demand from the teacher new lenses of knowledge. It was identified that the religious institution, as a space of teaching of the Christian faith, appropriates consecrated theorists and laws and directives to guide the rights and voices of children. It is concluded that the place of the child is impregnated with several cultures and spaces and is constructed in the diverse relations and interactions, by the recognition of its historical conceptions and peculiarities, constituting the child as constructing subject of its place in the society.

Keywords: Childhood. Kid. Teacher). Formation. Religious Institution.

Introdução

Este artigo apresenta um breve histórico da Educação Infantil no Brasil de muitas tensões e desafios. Já nos séculos XVI e XVIII, no cenário das viagens marítimas, a infância é exposta a condições de insensibilidade, desumanidade e hostilidade. O abandono dos infantes é contada por Mary Del Priore,² cujos relatos revelam dor, tragédia e sofrimento. O norteamento de políticas públicas voltadas para a criança só se inicia com a Constituição Federal de 1988, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre outras leis coadjuvantes, tendo como cerne a criança como construtora de história e sujeito de direitos.

1. A trajetória da criança/infância

A construção histórica da ideia de infância no Brasil percorreu quase 500 anos até resultar na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar de recente, esse documento norteou o modo de visibilização da criança brasileira. Para iniciar essa trajetória, é necessário voltar ao século XVI, no âmbito das viagens marítimas de que participavam os grumetes.³ Conforme Fábio Pestana Ramos,⁴ muitos desconhecem que, além dos homens e mulheres a bordo das embarcações das Carreiras das Índias vindas

1 DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 8

2 Crianças recrutadas como aprendizes de marinheiro.

3 RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 19 -54.

de Portugal, eram numerosas as crianças órfãs, que representavam 22% da tripulação.⁵ O recrutamento das crianças era arbitrário, devendo muito ao rapto. Vale ressaltar que 4% da tripulação era composta de crianças negras. Por falta de mão de obra adulta no interior dessas embarcações, “entregues a um cotidiano difícil e cheio de privações, os grumetes viam-se obrigados a abandonar rapidamente o universo infantil, para enfrentar o universo de uma vida adulta”,⁶ o que resultaria na adultização precoce. Para Ramos, “o menor mal que [o infante] podia sofrer após viver alguns meses no mar, quando tinha sorte, era o de sofrer um grande trauma e deixar de ser criança [...] perder sua inocência para nunca mais recuperá-la”.⁷

O trabalho infantil era escravo e sem remuneração. “Aos pajens eram confiadas tarefas bem mais simples, leves e menos arriscadas do que as impostas aos grumetes”.⁸ Eles serviam ao conforto dos oficiais no navio, arrumando as camas e servindo à mesa. Tal proximidade dos oficiais reduzia o risco de castigos severos. “Em algumas circunstâncias os oficiais faziam embarcar seus próprios parentes como pajens, sublinhando o prestígio da categoria e a possibilidade de ascensão aos mais altos cargos.” Além de sofrerem frequentes humilhações e maus tratos, num contexto agravado pela escassez de mulheres no meio marítimo, “muitos grumetes eram sodomizados por marujos inescrupulosos”,⁹ identificados como “criminosos da pior espécie, tais como assassinos, incendiários (e) sediciosos”.¹⁰ Apesar da brutalidade, esses atos eram frequentemente tolerados pelos religiosos. Conforme Ramos,

Relatos de viajantes estrangeiros que passavam por Portugal no século XVIII dão conta de que a pedofilia homoerótica era muito comum, permitindo supor que nas embarcações, ambiente onde até mesmo os religiosos costumavam tolerar atos considerados dignos de condenação à fogueira, tal prática era extremamente corriqueira.¹¹

4 RAMOS, 2010, p. 30.

5 RAMOS, 2010, p. 27.

6 RAMOS, 2010, p. 49.

7 RAMOS, 2010, p. 30.

8 RAMOS, 2010, p. 27.

9 RAMOS, 2010, p. 27.

10 RAMOS, 2010, p. 27.

Tal cenário leva a crer que os grumetes se prostituíam para garantir a proteção dos oficiais, a quem poderiam recorrer e relatar a violência, e que também cometiam abusos. Nesse contexto tão hostil, as crianças vivenciavam os ataques de piratas às Carreiras, quando mais uma vez se tornavam escravas, nas embarcações desses salteadores identificados como corsários, protegidos pelos reis de seus países. Em troca dessa proteção oficial, dividiam o fruto do saque com a Coroa. Para as crianças que sobrevivessem a tamanha barbárie, outra dificuldade era o risco de naufrágio, frequente nos séculos XVI e XVIII. Para a Coroa portuguesa, os pequenos naufragos não significavam luto ou pesar, mas prejuízo aos cofres do reino. Essa desvalorização da criança agravou a mortalidade infantil. Ramos assevera que

As crianças eram as primeiras vítimas de tantas mazelas. Enfraquecidas pela inanição e a insalubridade, eram atingidas por doenças que hoje parecem simples e de fácil cura, acabando por sucumbir diante das sangrias, muitas vezes aplicadas por outras crianças integradas à tripulação.¹²

Diante disso, os “infantes”,¹³ ao chegarem às colônias brasileiras eram recrutados pela Companhia de Jesus, instituída por padres que seguiam um rigoroso regimento militar, com a principal incumbência de combater os infiéis e a Reforma Protestante de Martinho Lutero. Nesse sentido, esses primeiros educadores contribuíram para o processo de institucionalização escolar no Brasil, sob a responsabilidade da Igreja Católica. De acordo com Paiva e Puentes,

A criação da Companhia de Jesus (em 1539) foi fruto do amplo movimento que gerou profundas transformações na Igreja Católica nos inícios do século XVI, resultado, de um lado, dos contínuos esforços de rejuvenescimento e de reorganização a que historicamente esteve submetida; de outro, como consequência das imensas pressões exercidas pela Reforma Protestante, no bojo de mudanças

11 RAMOS, 2010, p. 27.

12 Crianças.

políticas, econômicas, sociais e culturais que atravessavam a Europa.¹⁴

A deserção e o serviço infantil eram comuns nesse período, mas “a infância é percebida como momento oportuno para a catequese porque é também momento de unção, iluminação e revelação [...] Momento visceral de renúncia da cultura autóctone das crianças indígenas”.¹⁵ Em Salvador, os jesuítas iniciaram a catequização paralelamente à colonização, com o intuito de fundar igrejas e construir escolas. O objetivo dos jesuítas, liderados por Manoel da Nóbrega (1517-1570), assim como o do governador-geral Tomé de Souza, era evangelizar e tornar cristãos os indígenas que povoavam estas terras. Podem-se identificar duas maneiras de atuação dos jesuítas: na primeira, utilizavam as crianças provenientes de Portugal com o propósito de atrair crianças indígenas para a catequese, pela facilidade de aprenderem a língua tupi-guarani.¹⁶ Esses pequenos portugueses eram chamados meninos-língua¹⁷ e proporcionavam a comunicação com as crianças indígenas, convidando-as a participarem do processo de catequização, o que resultava na conversão dos índios aos hábitos do branco.

A segunda linha de atuação se ancorou na idealização de um modelo educacional que instigasse a transformação social. Assim, nas práticas cotidianas dos índios destacam-se as aulas de canto, flauta e gramática, para que aprendessem a ler e escrever. “Os indiozinhos convertidos seriam seus embaixadores, mas também testemunhas de seus esforços de catequização”.¹⁸ Conforme Teixeira Soares, a Companhia de Jesus surgiu como “uma explosão de pensamento religioso transvertido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidades sociais e religiosas, foi a ação da Ordem”.¹⁹ Os índios

13 PAIVA, José Maria de; PUENTES, Roberto Valdés. A proposta jesuítica de educação - uma leitura das Constituições. *Comunicações*, n. 2, v. 7, 2000. p. 122.

14 DEL PRIORI, Mary. História da criança no Brasil. In: PASSETI, Edson. *As crianças brasileiras: um pouco de sua história*. Texto mimeografado. s.p.

15 DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. p. 30.

16 DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 20.

17 DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História da criança no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1996. p.18.

18 TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora da UnB, 1961. p.142.

participavam de missas, em que eram disciplinados, e “em cerimônias de autoflagelação, e com o corpo coberto de sangue, saíam em procissão.”²⁰ Dessa forma, a educação introduzida pelos padres jesuítas contribuiu para fortalecer as estruturas de poder de pequenos grupos, principalmente da sociedade burguesa, o que perpetuou a desigualdade entre as classes sociais. A dicotomia social se ancorava na sobreposição de uma classe à outra e na escravidão como caminho normal e necessário para o desenvolvimento social. “Em meados do século XVIII os colégios da Companhia de Jesus tinham, no reino, em torno de vinte mil alunos, numa população estimada em três milhões de habitantes”²¹. A proposta pedagógica foi influenciada pelas teorias de Aristóteles e São Tomás de Aquino, em especial no que tange ao conceito de universalização do ensino. A metodologia empregada nesse processo institucionalizado sob responsabilidade da Igreja Católica e conduzido pela Companhia de Jesus era respaldada pelo plano de estudo do *Ratio Studiorum*, uma coletânea de 467 regras, isto é, a “Regra de Estudos”, ou “Ordem de Estudos” das sagradas escrituras e de textos do costume ocidental. Segundo Neto:

O *Ratio Studiorum* estava fundamentado nas Regras do Colégio Romano, tinha como orientação filosófica Aristóteles e São Tomás de Aquino e foi fortemente influenciado pelo Movimento da Renascença. Seus fundamentos básicos estavam direcionados para o ensino religioso e a catequese. O método era centralizador, presente, portanto, o papel da autoridade, fortemente influenciado pela cultura européia. A sua orientação era universalista, voltada para a formação humanista e literária. Direcionado para os seus objetivos, utilizaram-se da língua indígena, da música e do teatro para catequização. Os jesuítas demonstraram em seu trabalho profundo conhecimento da alma humana e de psicologia, buscando de suas perspectivas a adaptação do currículo proposto.²²

19 DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 30.

20 COSTA, Célio Juvenal. *A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)*. 2004. Tese (Doutorado). Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004. p. 68.

21 NETO et al. *O Professor e as Propostas Educacionais do Ratio Studiorum: Algumas Reflexões Iniciais Sobre a Prática Docente*, 2012. p. 277.

Nesse sentido, o *Ratio* foi elaborado durante 50 anos (1548-1599), com a colaboração da elite cultural e de lideranças hegemônicas, dentre elas “Cervantes, Vieira, Bernardes, Montesquieu, Voltaire, Molière, Descartes, Galileu, Bossuet, Fontenelle, Berthollet, Gregório de Matos, Cláudio M. da Costa, Alvarenga Peixoto, Caldas Barbosa etc.”²³ Esse documento se tornou um referencial norteador para ensinar o povo nativo, com a proposta de “civilizá-los”, segundo a visão europeia. Os padres pretendiam impor suas tradições, mudando os costumes indígenas.

Após dois séculos de atividades pedagógicas e catequização, os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759 por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Nascido em Lisboa, no dia 13 de maio de 1699, e falecido em Pombal, em 1782, Pombal é conhecido por recompor as leis, a economia e a sociedade portuguesa, tornando-se um ditador esclarecido, utilizando princípios iluministas em ações que transformaram Portugal em um país moderno. Como efeito do trabalho de Pombal, a Companhia de Jesus foi suprimida em 1773.²⁴

2 Abandono, trabalho e morte: as crianças da roda e as escravas

O fenômeno do abandono de crianças teve início no século XVIII na Europa e chegou ao Brasil entre os séculos XVIII e XIX, aumentando o número de crianças desamparadas e ampliando os já altos índices de morte infantil. Nesse período, muitas dessas crianças eram levadas à morte pelo exaustivo trabalho que desempenhavam para seus senhores e por diversas doenças. Do nascimento até os sete anos de idade, a criança era cercada de expectativas quanto aos hábitos de higiene, representadas por um ritual de superstições das mães para proteger os filhos do mau olhado ou das bruxas. As diversas doenças como tuberculose, meningite, febre amarela e pneumonia, entre outras, contribuíam para o aumento da mortalidade infantil. “Crianças doentes e raquíticas eram tidas como chupadas pelas bruxas. Para afugentá-las, queimavam-se solas de sapatos velhos, penduravam-se espadas nuas na cabeceira dos

22 FRANCA, Leonel S.J. *O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum": Introdução e Tradução*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952. p. 55-56.

23 NETO et al., 2012, p. 277.

berços.”²⁵ As famílias que batizavam pela fé cristã também praticavam esse rito. Conforme Mary Del Priore,

Seu corpinho molengo era banhado em líquidos espirituais, como vinho ou cachaça, limpo com manteiga e outras substâncias oleaginosas, e firmemente enfaixado. A cabeça era modelada e o umbigo recebia óleo de rícino misturado a pimenta com fins de cicatrização.²⁶

Quando as crianças ricas morriam, seus cadáveres eram ornamentados com objetos decorativos. A família fazia o registro e as crianças mortas eram lembradas em fotos de álbuns familiares,²⁷ acreditando-se que, ao morrerem, transformavam-se em anjos. A atenção às exéquias das crianças tinha como pressuposto a crença de que ao morrer elas já estavam salvas, e como anjos poderiam interceder junto às autoridades celestiais em defesa dos seus parentes.²⁸ Assim, “[...] seus ignorantes progenitores [julgam] ser uma felicidade a morte das crianças.”²⁹ Já algumas crianças pobres eram postas na “roda” pelos pais ou responsáveis, para serem cuidadas por outras mãos, que assim lhes garantiam um enterro cristão.³⁰ Conforme Aquino,

A roda dos expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo,

24 SOUZA, Gilda de Mello. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia de Letras, 2000. p. 202.

25 DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 6 Edição. São Paulo: Contexto, 2008. p. 84-106.

26 MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 137-176.

27 VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. 2005. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 168.

28 VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 19.

29 VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 189-222.

salvando a alma da criança, a menos que trouxesse consigo um bilhete – o que era muito comum - que informava à rodeira de que o bebê já estava batizado. No caso de dúvida dos responsáveis pela instituição, a criança era novamente batizada. Mas o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira, só que antes da roda, as crianças eram abandonadas e supostamente assistidas pelas municipalidades, ou pela compaixão de quem as encontrava.³¹

O período colonial produziu total indiferença com a criança, permeado de desvalorização, trabalho escravo e abandono. A infância não recebia nenhuma proteção da sociedade. Nesse período foram estabelecidas três rodas de expostos³² no Brasil: na Bahia (1726), no Rio de Janeiro (1738) e em Recife (1791). A maioria das crianças expostas não chegava à idade adulta. A roda foi criada com o intuito de garantir o anonimato da autora do abandono. A ela recorriam mães solteiras, mulheres engravidadas em relacionamentos fora do casamento e também as casadas necessitadas de controle de natalidade³³. As crianças abandonadas também eram recolhidas pelas Casas de Misericórdia, cujo trato levava à insanidade e à doença. A penúria era a principal causa do abandono, e os bilhetes e objetos deixados juntos às crianças apresentavam os motivos.

30 AQUINO, L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. In: ROMAM E. D. STEYER V. E. *A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado*. Ulbra, 2001. p. 31.

31 COUTO, Inalda Alice Pimentel; MELO, Valéria Galo. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido. *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Raval, 1998, p. 20-38. De acordo com estas autoras “A Roda era um dispositivo giratório de madeira, em forma de cilindro, que possuía uma abertura, inserido em uma parede, de forma que, como uma janela, desse acesso à parte interna da instituição ao ser acionado. A criança era depositada no compartimento, e o depositante rodava o cilindro para que a abertura se voltasse para dentro, preservando a identidade do depositante.” A Roda funcionou no Rio de Janeiro até 1938 (COUTO; MELO, 1998, p.22).

32 VENÂNCIO, 1997, p. 189.

Pelas chagas de Cristo. Lhe peço guardarem este papel. Junto com meu filho que, eu, se deus, der vida e saúde, daqui alguns meses darei. O que eu puder para encontrar meu filho. Peço não o darem sem que levem uma carta igual a esta e o retrato também. Se morrermos sem nos vermos mais, que Deus nos junte nos Céus Adeus Meu Filho pede a Deus por mim, Adeus. ”³⁴

As rodeiras tinham o papel de encontrar ama-de-leite para os expostos, geralmente as amas eram pobres, solteiras, casadas ou escravas, elas mantinham a guarda das crianças, quando maiores serviam através de trabalho em troca de alimentos. A falta de legislações de regulamentos para o trabalho dos expostos, contribuiu para a escravização desses menores, com isso, a rua era o destino de muitos expostos por não terem para onde ir, especialmente após o falência das rodas dos expostos, para agravar, em detrimento da exaustão e terror do trabalho escravo, eles se sentiam motivados em cometer infrações, a intervenção do Estado, teve como cerne a correção destes abandonados que passariam então a confrontar a ordem social, em especial com a falência das rodas dos expostos, . Conforme Moncorvo Filho, esses moradores de rua ou enjeitados eram vistos como uma “[...] ameaça à integridade da família, requerendo dos poderes públicos a devida proteção e correção dos menores. ”³⁵

Para Marcilio,

Ao que parece, as crianças que não encontravam guarida em famílias acabavam por permanecer entulhadas na Casa da Roda, muitas vezes, misturadas aos doentes do Hospital, por falta de edifícios próprios. Não há dúvidas: várias delas, abandonada à sua sorte pelas ruas e caminhos tentavam agregar-se a uma família, a mendigos ou a alguém que lhes desse alguma proteção. Muitas

33 CAVALCANTE, Talita Lopes. A roda dos enjeitados. 2004. Disponível em:<http://www.museudeimagens.com.br/roda-dos-enjeitados/>. Acesso em: 12 nov. 2017.

34 MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. Alocução por ocasião da inauguração do edifício do Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento da Criança no Brasil, 1929. p. 37.

das meninas, bem cedo, só encontravam sobrevivência na prostituição.³⁶

No cenário árido da infância abandonada, as ações educacionais praticadas por meio da caridade e do assistencialismo, por entidades filantrópicas e religiosas. A roda dos enjeitados foi excluída pelo Código de Menores Mello Mattos, Decreto 17.943-A, de 1927, que versa: “Art. 15. A admissão dos expostos à assistência se fará por consignação direta, excluído o systema das rodas.”³⁷ No entanto, a roda só foi de fato extinta na década de 1950. No fim do século XIX e início do século XX, “o poder público passaria a assumir um papel crescente de controle dos menores desvalidos”.³⁸ O Decreto 17.943-A vigeu de 1927 até 1979: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.”³⁹

Somente a partir de 1960, o Estado inicia a fase do bem-estar com as crianças, criando a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), à qual estava subordinada cada Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM). A exigência de ruas limpas, com a adoção do modelo social europeu ou francês, requeria a retirada das crianças das ruas e a manutenção do seu controle.

Com a proclamação da República, em 1889,⁴⁰ e a utopia de integração à modernidade, a elite voltou o olhar para o contingente de crianças abandonadas, pois para transformar a cidade-colônia em cidade moderna, era necessário afastar esses infratores dos locais públicos. Com a Revolução Industrial,⁴¹ o recrutamento dessas crianças para o trabalho nas fábricas de tecelagens assumiu grandes

35 MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *História Social da infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 53-79.

36 BRASIL. *Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927*. Código de Menores.

37 RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995. p. 243- 298.

38 BRASIL. *Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927*. Código de Menores.

39 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*, n.4, v. 2, p. 175, 1989.

40 HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789/1848*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

proporções, pois a ausência de preceitos morais e jurídicos expunhas à exploração da mão de obra infantil, muito comum no final do século XIX. De acordo com Kátia Magalhães Arruda, “o trabalho infantil carrega em si uma esteira de ilegalidade, a começar pela própria terminologia com o qual é designado já que, em rigor, não deveria existir ‘trabalho infantil’, posto que os tempos do trabalho e da infância são inconciliáveis.”⁴² Com o empobrecimento das famílias, as crianças eram obrigadas a ajudar na renda familiar. Elas “tinham em média seis anos de idade e eram submetidas a jornadas de 14 ou 15 horas de trabalho”.⁴³ Conforme salientam e Liberati Dias,

o trabalho infantil não compreendia, basicamente, setores da manufatura artesanal e não capitalizados. Todavia, com a Revolução Industrial, passou a abranger, também, os setores capitalizados, em quase todos os ramos da atividade, principalmente na tecelagem, confecção e fiação, assim como os setores de barbantes, cadarços, metalurgia, cerâmica, cobre e minas de carvão.⁴⁴

Para agravar o sofrimento dessas crianças operárias, as condições desumanas e desonrosas culminavam em corriqueiros acidentes de trabalho e graves problemas de saúde, por desgaste físico, escassez de alimentação e exaustão em decorrência do esforço exigido pelos senhores no âmbito das fábricas.

“A regulamentação do trabalho infantil só ocorreu em 12 de outubro de 1927 com a publicação do Código para menores”,⁴⁵ que agregou penas às infrações e ao abandono, assim como as primeiras normas relacionadas ao trabalho de crianças e adolescentes. Mesmo com a abolição da escravidão, em 1888,⁴⁶ o olhar para o trabalho infantil ganhou visibilidade somente em 1891, com a publicação do Decreto-Lei 1.13, datado de 17 de janeiro, o primeiro documento estabelecido no Brasil sobre o trabalho das crianças e dos adolescentes nas

41 ARRUDA, Kátia Magalhães. O trabalho de crianças no Brasil e o direito fundamental à infância. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (Coord.). *Dos Direitos Humanos aos Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 102.

42 FÜHRER, Maximilianus. *Resumo de direito do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 191.

43 LIBERTI, Wilson Donizeti; DIAS, Fábio Muller Dutra. *Trabalho Infantil*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p.175.

44 GRUNSOPUN, Haim. *O trabalho das crianças e dos adolescentes*. 1. ed. São Paulo: LTR, 2000. p. 160.

45 GRUNSOPUN, 2000, p. 160.

fábricas. Os anarquistas italianos e espanhóis e os jornais operários contribuíram para a divulgação do trato da criança nas indústrias e assim sinalizaram importantes considerações sobre a laboriosarealidade da ausência de escolas. No final do século XIX, as crianças a partir dos sete anos⁴⁷, quando pobres, eram destinadas às lavouras dos senhores. Já os filhos de uma pequena elite eram instruídos por professores particulares.⁴⁸No entanto, pelo interesse das famílias ricas na manutenção dos negócios, a escola seria o lócus primordial para o legado dos herdeiros. Contudo a educação escolar chegou tarde ao Brasil. Del Priore assevera que

[...] tanto a escolarização quanto a emergência da vida privada chegaram com grande atraso. Comparado aos países ocidentais, onde o capitalismo instalou-se no alvorecer da Idade Moderna, o Brasil, país pobre, apoiado inicialmente no antigo sistema colonial e, posteriormente, numa tardia industrialização, não deixou muito espaço para que tais questões florescessem. Sem a presença de um sistema econômico que exigisse a adequação física e mental dos indivíduos a esta nova realidade, não foram implementados os instrumentos que permitiriam a adaptação a este novo cenário.⁴⁹

Assim, nesse longo período de abandono, morte e trabalho escravo, a infância começa a ser modelada pelas políticas públicas, que por anos ignoraram a relevância desse conceito na vida da criança, em especial no campo familiar, moral e econômico, conforme este breve histórico. A partir da Constituição Federal de 1988,⁵⁰ a criança passa a ser tratada como sujeito de direitos, mas a sociedade já legitimara o trabalho precoce como momento necessário para a formação do caráter.⁵¹ Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) chegou para garantir os direitos dos representantes dessa faixa etária, como ilustra seu artigo 4º:

46 DEL PRIORE, 1999, p. 101.

47 DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. 7ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 10.

48 DEL PRIORE, 2013, p. 10.

49 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

50 FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p.79.

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros mais que asseguram à criança e ao adolescente ter seu desenvolvimento na sociedade em que vive.⁵²

Desde o nascimento, a criança está inserida no ambiente social e cultural estabelecido pelos diferentes grupos sociais. A religião normalmente faz parte dessa cultura em que a criança se insere, ou seja, seu conhecimento de mundo se alicerça nas narrativas vividas e norteia seus ideais constituídos pelo contexto histórico. Entende-se esse seguimento formativo como uma extensa jornada ao encontro de uma educação que assegure a qualidade de atendimento e equidade para todos.

O horizonte delineado pelo ECA, depois do longo e trágico período de descaso e crueldade com a criança, oportunizou novas esperanças de real conquista de direitos. A partir dessa guinada histórica, passou-se a situar o percurso da infância em diálogo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conjunto de leis e normas jurídicas formulado em 1990, direcionado à população infanto-juvenil e um dos muitos caminhos a ser percorridos na reinvenção da infância.

A compreensão da infância enseja novas relações pautadas no respeito às diferenças e isso não se dá apenas em espaços educativos formais, mas em qualquer relação com o outro: “é preciso considerar a infância como uma condição da criança”,⁵³ conduzindo-a de maneira que seja livre para criar e experimentar, mediando com cuidado suas condutas e pontuando ações que as protejam, mas não lhes inibam o estabelecimento de seu lugar na história. A escola é um locus adequado para o brincar infantil, por configurar “um contexto no qual há um padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais experienciados face-a-face pela pessoa em

51 DIGIÁCOMO, Murilo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: anotado e interpretado. Curitiba: SEDS, 2013. p. 3-7.

52 KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil*: uma abordagem histórica. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. p.31.

desenvolvimento”.⁵⁴ No Artigo 16 do ECA são especificados os componentes do direito à liberdade, entre os quais se destacam:

- I - Ir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
[...]
- IV - Brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.⁵⁵

As crianças chegam a esses espaços repletas de histórias e, segundo Vygostsky, “a criança, ao querer, realiza seus desejos; ao pensar, age. As ações internas ou externas são inseparáveis: a imaginação, a interpretação e a vontade são processos internos pela ação externa”.⁵⁶ Suas possibilidades de criar e experimentar são peculiares. “A infância como condição do ser criança”⁵⁷ marca sua relevância pelas experiências pessoais compartilhadas com seus atores na sociedade. Como pressuposto, as histórias familiares são de diferentes valores educacionais. O aprimoramento da informação sobre o tratamento com a criança pequena, no que tange à educação e seus vieses, instiga a buscar novos rumos possíveis. Para Kuhlmann e Fernandes,

Se a história da criança não é passível de ser narrada na primeira pessoa, se a criança não é nunca biógrafa de si própria, na medida em que não toma posse da sua história e não aparece como sujeito dela, sendo o adulto quem organiza e dimensiona tal narrativa, talvez a forma mais direta de perceber a criança, individualmente ou em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos

53 NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In: KOLLER, S.H. (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisas e intervenções no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 57.

54 BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Senado Federal, 1990.

55 VYGOTSKY, L. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 114.

56 KUHLMANN JR., 1998. p.15.

discursos que tentam definir historicamente o que é ser criança.⁵⁸

O cuidado com o conceito de criança requer o reconhecimento da relevância do seu papel na sociedade, o que não pode passar ao largo da mediação educacional. Esse momento único marca profundamente a formação do caráter e o conhecimento de mundo nos primeiros anos de vida da criança, resultando da concepção dos modos de enfrentamento do mundo.⁵⁹ Descolonizar instiga a vislumbrar concretamente as potencialidades de “inventividade das crianças.”⁶⁰

A prática educativa prescreve muitas dicotomias na relação do adulto com a criança na contemporaneidade, que estão intrínsecas à organização social e cultural que vão sendo elaboradas nos diversos fazeres cotidianos, o que tende a ofuscar a percepção de que “a terra está cheia de substâncias puras e infalsificáveis, capazes de despertar a atenção infantil. Substâncias extremamente específicas”.⁶¹ Nelas a criança compõe seu mundo, significando-o em camadas de sentido.

Referências

AQUINO, L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. In: ROMAM E. D. STEYER V. E. *A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado*. Ulbra, 2001. p. 31.

ARRUDA, Kátia Magalhães. O trabalho de crianças no Brasil e o direito fundamental à infância. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (Coord.). *Dos Direitos Humanos aos Direitos*

57 KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano (Org.). *A infância e sua educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 21.

58 DOLTO, F; NASIO, J.D. *A criança do espelho*. Rio de Janeiro: JZE, 2002. p. 50.

59 SARAMAGO, José. *Esperanças e utopias: O caderno de Saramago*, S/L.2008. p. 2. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1563729/mod_resource/content/1/O que transformou o mundo e a necessida.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1563729/mod_resource/content/1/O_que_transformou_o_mundo_e_a_necessida.pdf). Acesso em: 17 nov. 2017.

60 BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 237.

Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 102.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Senado Federal, 1990.

_____. *Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927*. Código de Menores.

CAVALCANTE, Talita Lopes. *A roda dos enjeitados*. 2004. Disponível em: <http://www.museudeimagens.com.br/rodados-enjeitados/>. Acesso em: 12 nov. 2017.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *Publicidade: é possível escapar?* São Paulo: Paulus, 2003.

COSTA, Célio Juvenal. *A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)*. 2004. Tese (Doutorado). Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

COUTO, Inalda Alice Pimentel; MELO, Valéria Galo. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido. *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998, p. 20-38.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

_____. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História da criança no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996. p. 18.

_____. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 6 Edição. São Paulo: Contexto, 2008. p. 84-106.

- DIGIÁCOMO, Murilo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. *Estatuto da Criança e do Adolescente: anotado e interpretado*. Curitiba: SEDS, 2013.
- DOLTO, F; NASIO, J.D. *A criança do espelho*. Rio de Janeiro: JZE, 2002.
- FÜHRER, Maximilianus. *Resumo de direito do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 191.
- FRANCA, Leonel S.J. *O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum": Introdução e Tradução*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952. p. 55-56.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GRUNSOPUN, Haim. *O trabalho das crianças e dos adolescentes*. 1. ed. São Paulo: LTR, 2000.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789/1848*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano (Org.). *A infância e sua educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. *Comentários ao estatuto da criança e do adolescente*. 5. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2000.
- LIBERATI, Wilson Donizeti; DIAS, Fábio Muller Dutra. *Trabalho Infantil*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
- MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 137-176.
- MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *História Social da infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 53-79.
- NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In: KOLLER, S.H. (Org.). *Ecologia*

do desenvolvimento humano: pesquisas e intervenções no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

NETO et al. *O Professor e as Propostas Educacionais do Ratio Studiorum: Algumas Reflexões Iniciais Sobre a Prática Docente*, 2012. p. 277.

PAIVA, José Maria de; PUENTES, Roberto Valdés. A proposta jesuítica de educação - uma leitura das Constituições. *Comunicações*, n. 2, v. 7, p. 122-133, 2000.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 19 -54.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

SARAMAGO, José. *Esperanças e utopias: O caderno de Saramago*, S/L.2008. p. 2. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1563729/mod_resource/content/1/O_que_transformou_o_mundo_e_a_necessidade_da.pdf. Acesso em: 17 nov. 2017.

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. 2005. 168p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. São Paulo: Alameda, 2010.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 189-222.

VYGOTSKY, L. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. 1987.